



PREFEITURA  
MUNICIPAL DE  
CANTAGALO

HONESTIDADE E TRANSPARÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

## LEI Nº 1.569/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

### PUBLICADO

Jornal DOE  
Edição 603 PG: 01 e 02  
Data 21/09/20 a ---

Manoel

Rúbrica z

FIXA, NOS TERMOS DO ART. 29, V, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE CANTAGALO/RJ PARA O PERÍODO 2021/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e assim sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** – O prefeito, o vice-prefeito e os secretários municipais perceberão subsídios mensais, na conformidade desta lei.

**Art. 2º** – Fica fixado o subsídio mensal do **prefeito municipal** de Cantagalo/RJ, em parcela única, para o período **2021/2024**, no valor de **R\$ 17.000,00** (dezesete mil reais).

**Art. 3º** – Fica fixado o subsídio mensal do **vice-prefeito municipal** de Cantagalo/RJ, em parcela única, para o período **2021/2024**, no valor de **R\$ 8.500,00** (oito mil e quinhentos reais).

**Art. 4º** – Fica fixado o subsídio mensal dos **secretários municipais** e do **Símbolo DAS-I**, em parcela única, para o período **2021/2024**, no valor de **R\$ 6.012,71** (seis mil, doze reais e setenta e um centavos), vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou qualquer outra espécie remuneratória.

**§ 1º** – A vedação de acréscimo contido no *caput* deste artigo não se aplica ao pagamento decorrente de vantagens especiais, quando o secretário municipal for ocupante de cargo efetivo do município.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

§ 2º – A hipótese de acréscimo prevista no parágrafo anterior incidirá sobre o vencimento do cargo efetivo do titular.

§ 3º – O **vice-prefeito municipal**, caso nomeado secretário municipal, deverá optar pela remuneração de seu subsídio ou ao referente à nomeação retroespecificada, vedado o pagamento de qualquer acréscimo, conforme disposto na Constituição Federal, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 4º e seu § 1º desta lei.

**Art. 5º** – Na hipótese de licenciamento por motivo de doença devidamente comprovada por laudo médico, o prefeito municipal perceberá seus subsídios integrais.

**Parágrafo único** – O **vice-prefeito municipal** que, em substituição ao **prefeito municipal**, vier a se licenciar-se por motivo de doença, devidamente comprovada por laudo médico, também continuará a perceber integralmente seus subsídios.

**Art. 6º** – As despesas decorrentes desta lei serão atendidas pelas dotações próprias consignadas no orçamento.

**Art. 7º** – Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, **mas com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021**, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em, 10 de setembro de 2020.



**JOAQUIM AUGUSTO CARVALHO DE PAULA**  
**PREFEITO**